

## **A insuficiência da linguagem: apontamentos a respeito do *De Magistro* de Agostinho**

**Marciano Adilio Spica \***

**Resumo:** Agostinho é, sem dúvida, um dos grandes pensadores da história da filosofia. Seus escritos vão desde questões teológicas até questões éticas, passando pelos problemas do conhecimento, da história, da política e da linguagem. Nosso trabalho não está interessado em reconstruir o vasto e profundo pensamento agostiniano, queremos apenas fazer algumas observações a respeito de uma de suas obras, a saber, o *De Magistro*. Nesta, Agostinho desenvolve um estudo da linguagem e suas possibilidades, chegando à conclusão que ela não nos leva a conhecer. Tentaremos mostrar como Agostinho chega a essa conclusão e, após isso, fazemos uma análise crítica da insuficiência da linguagem.

**Palavras-chave:** Conhecimento, filosofia, limites da linguagem, realidade.

**Abstract:** Augustine is undoubtedly one of the great thinkers in the history of philosophy. His writings range from theological matters to ethical issues, from the problems of knowledge, history, politics and language. Our work is not interested in rebuilding the vast and profound thought of Augustine, we just make a few remarks about one of his works, namely, the *De Magistro*. In this, Augustine develops a study of language and its possibilities, concluding that it does not lead us to know. We will try to show how Augustine came to this conclusion, and after that, do a critical analysis of the failure of language.

**Key words:** Knowledge, philosophy, language limits, reality.



\* **MARCIANO ADILIO SPICA** é Doutor em Filosofia. Professor Adjunto no Departamento de Filosofia da UNICENTRO.

## 1 – O *De Magistro*, seus objetivos e suas conclusões

O *De Magistro* é escrito em Tagaste, África, no ano 389 d.C., dois anos após o batismo de Agostinho e tem como principal objetivo refletir sobre a linguagem. Tal objetivo é exposto já na primeira frase da obra, onde Agostinho questiona Adeodato<sup>1</sup> sobre a finalidade da linguagem. Ele pergunta: “Que te parece que queremos levar a efeito, quando falamos?” (AGOSTINHO, 1995, p. 57).<sup>2</sup> A essa pergunta Adeodato responde prontamente atribuindo a ela duas finalidades: “Quanto precisamente me ocorre agora, ou *ensinar* ou *aprender*.” (AGOSTINHO, 1995, p. 57). Agostinho não concorda totalmente com Adeodato dizendo que a linguagem até pode ensinar, mas não entende como com esta se pode aprender algo. Assim sendo, num primeiro momento, a finalidade da linguagem fica definida como instrumento<sup>3</sup> de ensino. Porém Adeodato chama atenção do pai de que muitas vezes utilizamos palavras sem estarmos preocupados em ensinar como é o caso da atividade do canto, o qual, em muitos momentos, é levado a cabo na solidão, sem estarmos interessados em ensinar a alguém (Cf. AGOSTINHO, 1995, p. 58). A oração é outra atividade na qual utilizamos palavras, mas se estamos falando com Deus, não teríamos nada a ensinar a este.

<sup>1</sup> O *De Magistro* é escrito em forma de diálogo que tem como participantes o próprio Agostinho e seu filho Adeodato.

<sup>2</sup> Para fins de tradução poderemos nos utilizar algumas vezes da versão francesa: AUGUSTIN. *Le Maître*. Klincksieck, 2002.

<sup>3</sup> Agostinho não usa a expressão ‘instrumento’, mas nós utilizamos aqui a fim de reforçar uma idéia que a nosso ver se faz presente em toda a obra de Agostinho, a saber, que a linguagem é instrumento de comunicação e tem um papel secundário no conhecimento, não participando da essência deste, como veremos mais adiante.

À primeira objeção de Adeodato, Agostinho responde chamando a atenção para o fato de que ao cantar, por exemplo, pode-se estar fazendo uma lembrança de algo e que a lembrança é um meio de ensinar. Quanto à segunda objeção, Agostinho encontra uma saída dizendo que não fazemos uso de palavras na oração para nos comunicar com Deus, apenas e em algumas circunstâncias, para que sinalizemos para os homens que estamos em contato com Deus e assim, esses, graças à lembrança se elevem a Ele. Para com Deus não precisamos usar palavras, mas suplicar no íntimo da alma, como nos foi ensinado no evangelho de Mateus.<sup>4</sup>

Com as objeções de Adeodato, Agostinho introduz mais uma finalidade da linguagem, a saber, a lembrança. Assim, o Santo de Hipona mostra que a linguagem pode ensinar, mas, além disso, lembrar. Apesar dessa diferenciação, parece que o lembrar nada mais é do que um gênero do ensinar, uma forma de levar as pessoas a lembrarem daquilo que está em suas memórias. Isso fica claro quando Agostinho escreve:

Pensas bem. Ao mesmo tempo, creio teres caído na conta de que, embora alguém pretenda que ao pensarmos as palavras, falamos interiormente na nossa alma, apesar de não emitirmos som algum – ainda neste caso não fazemos mais que lembrar, pois a memória, a que estão inerentes as palavras, resolvendo-as faz vir ao espírito as próprias coisas, de que as palavras são sinais (AGOSTINHO, 1995, p. 59).

<sup>4</sup> Aqui, Agostinho introduz uma separação que não é levada a termo neste momento do diálogo, mas que será retomada no final dele, a saber: a existência do homem interior. Nós nos ateremos nisso mais adiante.

Além de reforçar nossa idéia de que o recordar nada mais é do que um meio de ensino, essa passagem mostra-nos também que as palavras nada mais são do que sinais de coisas. Porém, para que uma palavra seja sinal de algo, necessariamente ela terá de significar algo, ou seja, ela precisa ser sinal de alguma coisa. Entretanto, essa tese não é aceita prontamente e não se pode dizer, como queria Wittgenstein<sup>5</sup>, que Agostinho acreditava piamente numa concepção segundo a qual as palavras eram como que etiquetas grudadas nas coisas. Não se pode conceber a visão de referencialidade nessa perspectiva por vários motivos, mas um dos mais convincentes é que Agostinho mostra, através da frase *Si nihil ex tanta Superis placet urbe relinqui?* que nem todas as palavras dessa sentença possuem significado, pois nem todas as palavras têm como referência uma coisa (Cf. AGOSTINHO, 1995, p. 60).

É dessa constatação que Agostinho e Adeodato partem num extenso caminho de argumentação sobre o significado das palavras, mostrando que essas nem sempre se referem à coisas/objetos, mas muitas vezes podem ser sinais de uma afecção da alma ou até mesmo sinais de sinais. Outra coisa que chama bastante atenção na discussão sobre o significado é que Agostinho e Adeodato abordam sinais não locutórios como os gestos ou até mesmo ações. Tal discussão

<sup>5</sup> Wittgenstein parece não ter entendido totalmente a concepção agostiniana de linguagem. Nas *Investigações* o autor dirá que Agostinho tinha uma única concepção de linguagem. (Cf. WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations* (German/English edition). Trad. G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. Parágrafo I.). Ao que aparece, porém, no *De Magistro* é uma concepção de linguagem que ultrapassa a mera linguagem proposicional. Isso fica claro quando Agostinho fala dos gestos, das mímicas e dos atos.

demonstra que Agostinho não reduz a linguagem e a comunicação somente à palavra. A palavra é sem dúvida um meio de comunicar os pensamentos e o conhecimento (ou seja, ensinar), mas ela não é o único meio. Como coloca Gilson, ao comentar o *De Magistro*:

A primeira experiência, cuja realidade deve permanecer acima de toda discussão, é que a linguagem é o meio mais ordinário de transmissão de idéias. Essa é sua função normal, uma vez que, quer quando falamos com outros, quer quando falamos interiormente conosco mesmos, usamos a palavra a fim de exprimir idéias ou de designar objetos; em resumo, as palavras são essencialmente signos. Acrescentemos simplesmente que elas não são os únicos signos, pois os gestos são signos visuais tal como as palavras são signos auditivos ( GILSON, 2006, p. 140-141).

O signo serve como meio de chegarmos até aquilo que é significado<sup>6</sup>. Aqui não se pode confundir significado com realidade, pois os sinais nem sempre significam objetos, podendo, às vezes, significar outros sinais. Horn, ao comentar o *De Magistro* faz a seguinte observação:

Segundo o conteúdo, já existe em Agostinho a diferenciação entre linguagem objeto e metalinguagem. Nesse caso, por exemplo, sinais de escrita devem estar para palavras faladas, as quais, por sua vez, são sinais. Ademais, pode-se, por exemplo, designar com a palavra *verbum* a palavra *nomen*, com esta a palavra *flumen*, e somente esta significa algo visível, um rio.

<sup>6</sup> Como veremos mais adiante, a idéia de que as palavras são meramente sinais fica mais clara quando Agostinho dirá que mais importante do que aprender o signo é aprender aquilo que é significado pelo signo, ou seja, a coisa mesma.

Muitos sinais, como, por exemplo, *signum*, *verbum* ou *nomen*, chegam a inserir a si mesmos no âmbito de sua designação. Outras palavras devem referir-se mutuamente umas às outras, caso em que, na maioria das vezes, uma possui o significado mais amplo e a outra o significado mais estreito. (HORN, 2006, p. 8).

Porém, o fato da palavra significar outra palavra não é aquilo que realmente importa a Agostinho, pois, com isso, estaremos apenas aprendendo palavras sem conteúdo algum. Já no início do diálogo Agostinho faz uma exortação a Adeodato que parece ser o mote de toda a obra. Ele diz:

Concedendo que seja assim, e deixando de enumerar grande número de casos que talvez se encontrem a margem da tua regra, é-te certamente fácil reconhecer que expuseste palavras por meio de palavras, isto é, sinais por sinais, coisas conhecidíssimas por outras igualmente conhecidíssimas. Ora o que eu queria era que me mostrasses, se fosses capaz, as coisas mesmas de que tais palavras são sinais (AGOSTINHO, 1995, p. 61).

Tal pedido acontece quando Adeodato não consegue mostrar o significado do signo 'ex', prendendo-se, assim, em palavras para significar o signo que lhe foi proposto. Apesar de depois dessa exortação o diálogo ainda se prender na discussão dos signos em si, parece que o que realmente importa a Agostinho é mostrar as capacidades da linguagem em termos de conhecimento. Isso fica bem claro quando, no início da segunda parte da obra, ele se desculpa por ter dado tantos rodeios e não ter chegado a seu objetivo principal. Depois disso, ele recomeça seu diálogo com uma questão a Adeodato. Questão essa que, em nossa concepção, faz com o que diálogo dê uma reviravolta, ocupando-se, agora,

daquilo que é designado e não mais dos sinais. A pergunta é a seguinte: "E antes de mais, diz-me se homem é homem" (AGOSTINHO, 1995, p. 80). A pergunta capciosa tem como intuito mostrar que quando se fala em conhecimento não podemos nos ater apenas nas palavras, pois se tomássemos *homem* como palavra, certamente homem não seria um homem, mas uma palavra composta por duas sílabas. Porém, se for tomada como um animal racional, ou seja, como a realidade que ela representa, então a resposta à pergunta será verdadeira.

Assim, Agostinho mostra qual é realmente a finalidade primeira da linguagem, a saber, referir-se a um objeto. Aqui é interessante ressaltar a conclusão de Adeodato durante o diálogo. Ele percebe que para um diálogo se tornar possível, os interlocutores precisam se ater naquilo que é significado pela palavra e não na palavra mesma. Ele diz: "Concordo efetivamente contigo: de nenhum modo se pode conversar se, ao ouvir as palavras, o espírito não é levado para as coisas de que elas são sinais" (AGOSTINHO, 1995, p. 81). Dessa forma, fica estabelecido uma primazia da realidade em relação ao signo. Este, em si, não passa de mero som sem conteúdo cognitivo algum, é apenas um som que ressoa em nossos ouvidos. Como coloca Horn:

Quando em absoluto entre o falante e o ouvinte dá-se um entendimento, nesse caso é somente pelo fato de que ambos se fixam – sem refletir sobre isso expressamente – na regra de que palavras e outros sinais se remetem a conteúdos. Dito de outra maneira: as coisas designadas e o seu conhecimento possuem uma primazia diante das palavras como meros sinais para elas. As palavras estão meramente a serviço do

conteúdo indicado através delas (HORN, 2006, P. 11).

Dessa forma, o que se percebe na segunda parte do *De Magistro* é uma primazia da realidade em relação aos sinais, ou melhor dizendo, do significável em relação ao signo. Mas por que Agostinho dá tanta força à realidade e tão pouca importância à palavra? Uma breve reconstituição de suas idéias presentes na segunda parte da obra nos ajuda a entender e facilita um posicionamento mais crítico sobre o tema.

A segunda parte do *De Magistro* pode ser caracterizado como um processo de aniquilamento do poder da palavra. Em nossa concepção, tal aniquilamento acontece em dois atos, a saber: 1) quando mostra-se a primazia da realidade e 2) quando aparece a idéia do 'homem interior'. A trama como um todo tem o seguinte roteiro: a palavra é subjugada ao mundo exterior, porém o próprio mundo exterior não é o critério último de verdade, sendo ele subjugado ao mundo interior, no qual se encontra a Verdade. Isso acontece porque em Agostinho há ordens de conhecimento, a saber, aquela que depende dos sentidos e aquela que depende do intelecto (Cf. AGOSTINHO, 1995, p. 93-94). Em ambos os casos, a palavra está em segundo plano. Sendo assim, a palavra perde todo seu poder em termos de conhecimento. Mas antes de chegarmos às conclusões, vamos ver melhor os argumentos de Agostinho em cada um dos atos apontados por nós.

No que tange à primazia da realidade, Agostinho é enfático em afirmar que "[...] o sinal é por causa do conhecimento, e não o conhecimento por causa daquele" (AGOSTINHO, 1995, p. 84). Essa expressão é mais bem explicada adiante quando o filósofo de Hipona afirma:

Por conseguinte, conhecidas as coisas alcança-se também o conhecimento das palavras; mas ouvidas as palavras, nem as palavras se aprendem. De fato, não aprendemos as palavras que conhecemos, senão depois de percebida a sua significação. Ora, esta não provem da audição dos sons emitidos, mas do conhecimento das coisas significadas (AGOSTINHO, 1995, p. 91).

A idéia central aqui é que quando não conhecemos a realidade através dos sentidos, as palavras nos soam sem significados. Elas não deixam de ser palavras, porém não são signos, pois não servem de sinal. Somente quando a realidade já nos é conhecida é que as palavras têm alguma utilidade, a saber a de ir ao encontro dessa realidade. Se aprendemos algo, aprendemos pelas coisas mesmas através de nossos sentidos. Aprendemos um corpo, uma cor, um objeto através da percepção sensorial que temos dele e não através de nossas palavras. No fundo, o que Agostinho está defendendo é que só existem conceitos se ligados a eles estiver uma realidade, um objeto. O objeto é o conteúdo do conceito e o que importa ao conhecimento é justamente esse conteúdo. A palavra, ou seja, a forma como nos referimos a esse conteúdo fica em segundo plano e em nada nos ajuda em termos de conhecimento.

Assim, o ensino, antes papel das palavras, passa agora a ser 'responsabilidade' da realidade. É ela que tem algo a nos ensinar, pois a ela pertence aquilo que realmente importa ao conhecimento, ou seja, o conteúdo deste. Assim, o que se percebe é uma grande queda na importância da linguagem. A linguagem, em si, não tem importância nenhuma, sua

importância vem do fato dela designar algo que está fora da própria linguagem. Apesar de no início da obra, o autor falar na possibilidade da linguagem ensinar algo, ao final do texto, ele volta atrás dizendo que não é possível a esta ensinar qualquer coisa. Restaria a ela apenas uma possibilidade de rememoração, coisa que veremos mais adiante.

Para entender de forma profunda a derrocada da linguagem no *De Magistro* é preciso ter bem claro que a palavra, agora, não serve nem mesmo como guia para o conhecimento. Ela não nos serve de acesso ou de porta de entrada para conhecer qualquer coisa. O que Agostinho propõe é uma possibilidade de conhecer que não está, em nenhum momento, ligada à linguagem. O conhecimento é anterior a esta e é deste que surge a linguagem. Ela está necessariamente presa ao seu conteúdo, justamente por necessitar dele para existir. Por si, ela não produz nada e não nos dá acesso a nada. Sozinha esta é só barulho, seu ensinamento é no máximo o ensino de seu som. Essa idéia é muito bem explicada por Horn quando este afirma:

Todo aprender e todo conhecimento se dá, assim reza a tese principal do diálogo *De magistro*, agora desdobrada, sem as palavras. Muito pelo contrário, são os objetos que ensinam as palavras. Supondo-se que a palavra 'cabeça' me fosse desconhecida, palavra essa que alguém utiliza numa conversa; nesse caso, aprendo a palavra pelo fato de que apreendo qual objeto conhecido por mim ela designa. A palavra 'cabeça' só pode então ser introduzida como designação, quando a parte do corpo intencionada me é conhecida; posso apreender o objeto intencionado através de uma palavra tão pouco quanto as palavras, para mim,

podem abrir o fato da sua função de designação (HORN, 2006, p. 12).

Porém, é claro que temos palavras, em nossa linguagem, que não estão ligadas a objetos do mundo e Agostinho tem bem presente isso. Mas, ao invés deste ser um argumento a favor da possibilidade da linguagem nos ensinar algo, ele torna-se um argumento a mais para mostrar a carência da palavra. Vejamos melhor isso.

Quando, porém, se trata de coisas que vemos por meio da mente, isto é, por meio do intelecto e da razão, falamos realmente de coisas que contemplamos presentes nessa luz interior da Verdade, de que é iluminado e goza aquele que se denomina 'homem interior'. Mas ainda então o nosso ouvinte, se também ele as vê por meio dessa visão íntima e pura, conhece pela sua contemplação o que eu digo e não pelas minhas palavras. Por conseguinte, ao dizer coisas verdadeiras, nem sequer o ensino a ele, que intui essas coisas verdadeiras, pois não é ensinado pelas minhas palavras, mas pelas coisas mesmas que lhe são manifestas, descobrindo-lhas Deus interiormente (AGOSTINHO, 1995, p. 94).

Essa passagem revela bem o fato de que para o filósofo de Hipona, a palavra não tem poder algum diante de conceitos que não se referem a coisas do mundo exterior, mas àquilo que ele chama objetos do intelecto ou da mente. A única tarefa da linguagem aqui é a de nos incitar a buscar a verdade interior:

Ora, acerca de todas as coisas que inteccionamos, não consultamos alguém que fala e produz um som fora de nós, mas a Verdade que preside interiormente à nossa mente, sendo talvez incitados pelas palavras a consultá-las. E aquele que é consultado, ensina: é Cristo,

de quem se disse que habita no 'homem interior' [...] A esta, fato, toda a alma racional a consulta: Ela porém manifesta-se-lhe na medida em que cada um é capaz de a receber, em razão da própria vontade, boa ou má (AGOSTINHO, 1995, p. 92).

Revela-se assim a noção de iluminação. Não é a palavra que ensina ao sujeito, mas a Verdade interior. Não é na linguagem que se busca a verdade das crenças dadas através de palavras, mas naquele que é o detentor de toda a verdade: Cristo. Assim, mais uma vez a insuficiência da palavra se torna notória. A ela nada mais resta do que a tarefa de incitar a busca pela verdade.

Gilson diz que com a idéia de iluminação presente no *De magistro*, mostra-se que, por qualquer ângulo que se aborde o problema do conhecimento, a palavra não tem nada a nos dizer. Se estivermos preocupados com coisas sensíveis, o conhecimento depende de nossos sentidos, se estivermos preocupados com idéias, veremos que estas já estão em nossa mente por meio da Verdade que habita em nosso homem interior (Cf. GILSON, 2006, p. 146).

Assim sendo, percebe-se que o máximo que a palavra pode ser é uma placa de sinalização no trânsito do conhecimento, que indica que toda a verdade deve ser buscada no interior do sujeito. Com o que vimos até aqui, deixamos reconstruídos os principais argumentos de Agostinho no *De Magistro*, falta-nos agora, analisar esses argumentos de uma forma mais crítica, elucidando alguns de seus problemas.

## 2. Uma análise da insuficiência da palavra

Sem dúvida o *De magistro* é uma obra que merece profundo respeito dentro da história da filosofia. Sua concepção de linguagem ultrapassa a época

agostiniana e tem forte influência até os nossos dias. Ainda hoje, se perguntarmos para as pessoas qual a finalidade da linguagem, elas dirão que esta serve como meio de expressar o pensamento e como forma de significar objetos no mundo. Também podemos ver grande influência nos estudos de semiótica. Apesar de toda essa influência não se pode deixar de fazer algumas observações críticas a tal obra. Porém, quando se fala em posicionamento crítico em relação ao *De Magistro* uma das primeiras coisas que devemos nos ater é que tal obra não pode ser retirada do tempo de Agostinho e de seus grandes objetivos enquanto filósofo e teólogo. Nesse sentido não se pode deixar de levar em conta seus pressupostos teológicos como a teoria da iluminação, segundo a qual Deus ilumina o conhecimento ou media o acesso do pensamento ao real. Talvez esse pressuposto teológico seja o que mais influencia a teoria lingüística do *De Magistro*. Sem ela não seria necessário descaracterizar tanto a finalidade da linguagem.

O pressuposto de que a verdade está no interior do homem, porém, gera a impossibilidade de sustentar a linguagem, ou a proposição, como o *locus* da verdade. A proposição serve apenas como meio de comunicar a verdade, mas esta não se encontra nela. Assim, a linguagem fica reduzida a meio de transporte e a verdade colocada num âmbito onde não se pode ter acesso pela comunicação. Se a verdade reside no homem interior, ela só pode ser acessada pelo homem interior. Dessa forma, gera-se, a nosso ver, um grande problema a partir do *De Magistro*, a saber, a defesa da linguagem privada. Isso fica muito claro quando Agostinho fala que, muitas vezes, a palavra é tão vazia que não consegue nem mesmo expor direito nossos pensamentos,

havendo uma distorção entre aquilo que pensamos e aquilo que falamos. A noção de linguagem privada faz com que a objetividade da verdade praticamente desapareça. Mesmo que Agostinho tenha entendido que todos estaríamos de posse da verdade através da iluminação, tal verdade parece incomunicável, pois não saberíamos se nosso interlocutor estaria falando ou não a verdade que ele possui. Assim sendo, a objetividade da verdade ficaria prejudicada e a justificação do conhecimento seria impraticável.

Paviani, ao comentar o *De Magistro*, diz que esta obra não está preocupada com uma filosofia da linguagem, mas muito mais com uma filosofia da comunicação. Porém, mesmo se tomássemos tal obra nesse sentido, teríamos uma insuficiência da comunicação. Ao tirar da palavra o poder de ensinar, Agostinho reduz também o poder da comunicação e Paviani parece concordar conosco ao dizer que: “Nunca se sabe o que se diz na fala. A força da palavra não consegue mostrar o pensamento de quem fala. As próprias coisas não se aprendem somente pela palavra. Os mentirosos, por exemplo, revelam e ocultam ao mesmo tempo com as palavras o pensamento.” (PAVIANI, 1995, p. 15). Se não somos capazes de objetivar nossos pensamentos a própria comunicação implode, pois o critério objetivo de verdade desapareceria. Não posso “entrar” na mente do outro e saber se o que ele fala é verdadeiro. No fato da linguagem carecer, às vezes, da capacidade de expressar corretamente a verdade, poder-se-ia gerar extremas confusões e a comunicação seria extremamente prejudicada. Além disso, não se pode deixar de chamar a atenção para o fato de que pode haver várias maneiras de se comunicar a verdade.

Nesse sentido, Agostinho parece tomar uma exceção da linguagem como regra geral dela. É óbvio que não se pode negar que muitas vezes não conseguimos expressar corretamente o que estamos pensando, porém isso não significa que sempre fazemos isso. Nesse sentido, seria interessante perguntar a Agostinho se a incapacidade de expressar nossos pensamentos surge de uma incapacidade da linguagem ou do próprio pensamento? Ora, só somos capazes de retificar aquilo que dissemos erroneamente porque nosso pensamento funciona linguisticamente. Não podemos pensar nada sem a linguagem.

Esse problema na teoria Agostiniana acontece porque a linguagem para ele, bem como para vários autores da história da filosofia, está ligada a uma imagem mental. Segundo essa concepção, sempre que falamos nos reportamos a uma imagem no pensamento. Essa imagem está envolta em nós e não somos capazes de nos livrar dela. Assim, a linguagem é mero meio de fazer com que as pessoas entendam a minha imagem mental. A linguagem transforma-se em meio de exposição dos pensamentos, havendo um abismo inseparável entre aquilo que é linguagem e aquilo que é pensamento.

Esse abismo sugere que o pensamento é algo totalmente distinto dos signos e surge de uma ligação direta entre mente e realidade. Haveria, assim, um acesso direto da mente ao objeto do conhecimento. A linguagem surgiria depois deste processo de conhecimento onde sujeito e objeto se relacionam. O questionável aqui é essa anterioridade do conhecimento em relação à linguagem. Apesar dessa idéia ser aceita durante um longo período da história da filosofia, no século XX essa noção é criticada por autores como Wittgenstein e Gilbert Ryle, dentre outros. Para

esses, a linguagem não serve simplesmente como meio de transporte do pensamento, mas é já pensamento, ou melhor, é constitutiva do próprio conhecimento.

Assim, ao analisar o *De Magistro* percebe-se nele um aniquilamento do poder da palavra. Esta cede lugar, paulatinamente, tanto ao mundo exterior, quanto à realidade interior. A linguagem é mera comunicação, instrumento e mesmo como instrumento parece ser passível de extrema desconfiança, ou seja, mesmo como meio de comunicar pensamentos ela pode falhar.

Com o que vimos até aqui, entendemos ter caracterizado as idéias de Agostinho sobre a linguagem presentes no *De Magistro* e também mostrado algumas pressuposições que o levam a tomar a linguagem da forma que ele a toma. Entendemos que o *De Magistro* ainda hoje tem grande importância para o estudo da linguagem. Tal obra levanta grandes problemas que são fonte de intenso debate entre autores contemporâneos. Não se pode deixar de chamar a atenção, no final deste trabalho, para o fato de que a

contemporaneidade colocou a linguagem no centro do conhecimento e, assim, o *De Magistro* pode servir tanto como ponto de apoio para a defesa dessa centralidade, quanto contraponto às idéias de vários autores contemporâneos.

#### Referências

- AGOSTINHO, Santo. *De Magistro*. Trad.: Antonio Soares Pinheiro. Porto: Porto Editora, 1995.
- AUGUSTIN, S. *Le Maitre*. Klincksieck, 2002.
- BURNYEAT, M. F. Wittgenstein and Augustine de magistro. *Proceedings of the aristotelian Society* 61(1987) p. 1-24.
- GILSON, E. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2006.
- HORN, C. Agostinho – Teoria lingüística dos sinais. In.: *Veritas*, v.51, n. 1, 2006.
- PAVIANI, J. A linguagem além da linguagem. Notas sobre o *De Magistro* de santo Agostinho. In: DE BONI, L. A. *Lógica e Linguagem na Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations* (German/English edition). Trad. G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.